

# Crescimento do PIB é a prioridade

por Maria Clara R.M. do Prado  
de Brasília

Os trabalhos que começam a entrar em fase final de arremate e vão servir de base para a elaboração do programa econômico do presidente eleito Tancredo Neves — abrangendo um espectro de 63 temas — têm em todos eles embutida uma única grande preocupação: a de fazer com que o Produto Interno Bruto (PIB) possa, ainda neste ano, voltar a crescer ao nível de 7% ao ano.

“Queremos recuperar os percentuais históricos de crescimento econômico”, indicou a este jornal o economista Eurico Borba, um dos coordenadores da assessoria técnica encarregada de alimentar a Comissão para o Plano de Ação do Governo (COPAG) ligada ao novo presidente. “É uma meta ambiciosa”, admitiu na sexta-feira o senador pelo PMDB de São Paulo, Fernando Henrique Cardoso. Embora o patamar de 7% do PIB esteja bem além

da expectativa embutida na última carta de intenções acertada pelo atual governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), na faixa dos 5%, isto não chega a constituir nenhum problema para a equipe que assessora o presidente eleito.

A hipótese de que o novo governo venha a renegociar com o FMI a sétima carta de intenções, que traça os critérios de desempenho dos principais indicadores econômicos para 1985, é fato considerado como mais do que uma hipótese nas hostes do PMDB. A reformulação das metas e dos critérios tem grandes chances de começar a ser articulada, a nível técnico, durante a próxima visita da missão do FMI, prevista para fevereiro. “Esta revisão, a nível técnico tem grandes possibilidades de ser processada no mês que vem, desde que a equipe de ministros do próximo governo esteja composta”, afirmou o senador Fernando Henrique Cardoso, res-

salvando, no entanto, que o processo vai requerer muita habilidade, já que “não é intenção do presidente Tancredo Neves criar um governo paralelo”.

Ao contrário do que tem sido a prática nos últimos anos, os trabalhos técnicos das comissões técnicas do novo governo estão sendo elaborados sem a preocupação de traçar previamente objetivos numéricos para os principais indicadores econômicos, com exceção apenas do PIB, que passa a ser o grande alvo.

“Nosso propósito tem sido o de segurar as propostas que tenham ação deletéria sobre o IGP (Índice Geral de Preços) e buscar alternativas que possam, ao mesmo tempo, gerar renda com aumento do emprego e manter a taxa de inflação abaixo do nível da do ano passado”, explicou o economista Eurico Borba, intimamente ligado ao coordenador da COPAG e secretário de Planejamento de São Paulo, José Serra.

Para conciliar aqueles dois objetivos, a assessoria técnica dedica especial atenção aos subsetores que, tradicionalmente, respondem de maneira mais rápida ao estímulo econômico, como o saneamento básico, o subsetor de transportes, de alimentos e de saúde.

Conforme explicou o assessor técnico da equipe do presidente eleito, a idéia é usar a capacidade ociosa existente em alguns subsectores da indústria para encaixar em sua reativação, de modo integrado, as necessidades definidas para os setores sociais. Neste contexto, um dos instrumentos já consagrados como mola propulsora do desenvolvimento econômico, o setor público, vai merecer atenção especial. “As encomendas do setor público deverão ser retomadas, principalmente no que se refere à parte de transportes, como vagões, locomotivas, ônibus, trilhos e dormentes”, afirmou Borba, indicando que esta será a

sugestão do seu grupo a ser encaminhada à Copag até o dia 15 de fevereiro, data-limite para que todos os trabalhos técnicos estejam concluídos.

Caberá, depois daquela data, aos membros integrantes definir as prioridades em função da disponibilidade de recursos, tendo em mente a questão dos gastos públicos.

Os subsectores da economia para os quais se voltam as atenções do próximo governo serão desenvolvidos basicamente ao nível dos governos estaduais e municipais com o estímulo do governo federal e, conforme Borba fez questão de destacar, “o que estamos pretendendo não tem nada a ver com as famosas frentes de trabalho propostas por Keynes”. Maynard Keynes, como se sabe, é o renomado economista inglês que defendeu, durante a grande depressão norte-americana, a abertura de frentes de trabalho não-produtivas para a absorção da massa de desempregados dos Estados Unidos.

“Nossa intenção é absorver o mais rapidamente possível o contingente de

mão-de-obra não qualificada que está fora do mercado de trabalho em programas que revertam em benefício da própria população”, disse Borba. Dentro deste esboço, começa a configurar-se a necessidade de que linhas especiais de crédito sejam criadas para, por exemplo, viabilizar uma desejada resposta de curto prazo também no setor agrícola, através do aumento da produção dos produtos hortigranjeiros.

O desenho de uma política que assegure um processo de desenvolvimento econômico seguro passa também pela preocupação de manter o nível de expansão observado pelos setores voltados para o mercado externo nos últimos dois anos, ao mesmo tempo em que se procura atender às necessidades do mercado interno. Por isso mesmo, o próximo governo deverá estimular as importações que criem condições mais imediatas para ampliar o mercado interno. “Um programa de substituição de importações é uma hipótese inevitável que se configura mais a médio prazo, pois agora não teríamos fôlego para isso”, arrematou Borba.